

ATA DA 17.ª REUNIÃO DO CONSELHO DAS ESCOLAS

18 de outubro de 2016

Aos dezoito dias do mês de outubro de dois mil e dezasseis, nos termos do n.º 2 do art.º 12.º do Decreto-Regulamentar n.º 5/2013, de 29 de agosto, pelas onze horas, reuniu, em sessão ordinária, o Plenário do Conselho das Escolas, no Centro de Caparide em S. Domingos de Rana, sob a presidência de José Eduardo Lemos, a fim de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos, constante na convocatória de quatro de outubro: _____

Ponto um: Tomada de posse de novo membro do Conselho. _____

Ponto dois: Discussão e aprovação da ata da reunião anterior. _____

Ponto três: Assuntos diversos. _____

Ponto quatro: Balanço do ano letivo 2015/2016 e início do ano letivo 2016/2017. _____

Ponto cinco: Flexibilização curricular. _____

Estiveram presentes os conselheiros Alexandre José Rodrigues Canadas, António Manuel M. Castel-Branco Ribeiro, António Ventura dos Santos Pinto, Arnaldo José Teixeira Lucas, Carlos Jorge Pires Percheiro, David Carlos da Rocha Sousa, Fátima do Céu Carola Moreira, Fernando Filipe de Almeida, Fernando Paulo Mateus Elias, Filinto Virgílio Ramos Lima, Idalécio Lourenço dos Santos Nicolau, João Alberto Chaves Caiado Rodrigues, João Paulo Ramos Duarte Mineiro, Joaquim Tomaz, José Alfredo Rodrigues Mendes, José António de Sousa, José Eduardo Lemos de Sousa, José Manuel Carreira, Lucinda Maria Mendes Ferreira, Luís Henrique Cardoso Fernandes, Margarida Ana Valente Fonseca, Maria Celeste Sousa, Maria Isabel Tavares Pereira de Almeida Le Gué, Maria Júlia Ferreira Gradeço, Paulo Jorge de Sousa Ferreira, Rosalina de Jesus Rodrigues Pinheiro num total de vinte e seis. Esteve ausente o conselheiro José António de Sousa no período da manhã. _____

Ponto um: Tomada de posse de novo membro do Conselho. _____

O Presidente deu as boas vindas ao conselheiro Idalécio Lourenço dos Santos Nicolau, apresentando-o aos presentes e referindo que este conselheiro se encontrava na reunião para tomar posse do lugar de representante do QZP dez em substituição do conselheiro Telmo Eduardo da Costa Marreiros Soares que cessou o mandato em um de outubro de dois mil e dezasseis. Informou, de seguida, que a tomada de posse se faria pela referência em ata deste ato e pela assinatura da folha de presença na reunião, sendo, posteriormente, formalizada pela publicação em Diário da República. Por fim, convidou o conselheiro empossado a, se assim o entendesse, dirigir algumas palavras ao Plenário. O conselheiro Idalécio Nicolau aproveitou para dizer que se sente muito honrado em passar a pertencer ao Conselho das

Escolas e que vai tentar representar devidamente as escolas que o elegeram e dignificar o lugar. _____

Ponto dois: Discussão e aprovação da ata da reunião anterior. _____

A ata foi disponibilizada a todos os conselheiros previamente à reunião. Posta à discussão, o conselheiro António Castel-Branco e o conselheiro Fernando Elias fizeram três propostas de retificação. Ninguém se opôs a estas propostas e, não tendo havido outras intervenções, a ata foi posta à votação tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes na reunião a que diz respeito. _____

Ponto três: Assuntos diversos. _____

O Presidente deu a conhecer a principal correspondência por si recebida e expedida, bem como as intervenções / participações em diversas ações, nomeadamente: i) A um de julho, foi feito um convite pela Direção-Geral da Educação (DGE) aos elementos da Comissão Permanente para indicarem alunos para a Conferência “ A Voz dos Alunos”. Esta conferência foi adiada, prevendo-se a sua realização proximamente; ii) A dezoito de maio, o Presidente, em representação deste Conselho, passou a integrar o grupo de trabalho dos manuais escolares, tendo já participado em duas reuniões e sido substituído numa outra pelo Vice-Presidente Fernando Almeida; iii) A dezanove de maio, o Presidente participou numa sessão subordinada ao tema "Exames, Rankings, Sucesso Escolar- (des)Enganos", organizado pelo Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira em Espinho; iv) A vinte e sete de maio, o Presidente prestou informação sobre a petição n.º 92/XIII/1.ª - Pedido de alteração do regime jurídico da educação especial; v) A dezasseis de junho, o Presidente, em representação do Conselho, passou a integrar o grupo de trabalho da Educação Inclusiva, tendo já participado em cinco reuniões; vi) A vinte de junho, o Presidente prestou informação sobre a petição n.º 109/XIII/1.ª - Calendário do ensino pré-escolar igual ao dos restantes ciclos do ensino básico; vii) A trinta de junho, o Presidente participou, a convite da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), como moderador do painel seis, no âmbito do II Encontro Nacional CAF Educação; viii) A vinte e cinco de julho, decorreu uma reunião da Comissão Permanente com o Senhor Secretário de Estado de Educação sobre o funcionamento dos Centros Qualifica, na qual esteve presente também a conselheira Fátima Pinto na qualidade de Diretora de uma Escola com Centro para a Qualificação e o ensino Profissional (CQEP); ix) A vinte e seis de julho, o Presidente prestou informação sobre a petição n.º 115/XIII/1.ª - Revogação do despacho normativo n.º 1-H/2016, de catorze de abril; x) A vinte e sete de julho, o Presidente prestou informação sobre a petição n.º 118/XIII/1.ª - Em defesa da Escola Pública; xi) A vinte e nove de agosto, o Presidente recebeu um convite para participar como orador na conferência sobre organização da rede escolar, da Fundação Francisco Manuel do Santos, não tendo participado neste evento por indisponibilidade de agenda; xii) A vinte e dois de setembro, o Presidente reuniu com o deputado André Silva do Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN), a pedido deste, para auscultação sobre refeições nos refeitórios escolares com produtos da agricultura biológica; xiii) A vinte e seis de setembro, o Presidente participou na sessão de abertura do ano letivo, a convite do Presidente do Conselho Nacional de Educação; xiv) A vinte e seis de setembro, o Presidente recebeu um convite para participar no XIII Congresso Nacional dos Centros de Formação e Associação de Escolas (CFAE) a 14 e 15 de outubro, não tendo participado por indisponibilidade de agenda; xv) No período de vinte e um a vinte e três de setembro, os conselheiros Isabel Le Gué, Júlia Gradeço, José Carreira, Luís Henrique Fernandes e Alexandre Canadas participaram, a convite da DGE, numa conferência, em Florença, sobre o programa e-Twinning; xvi) A um de outubro, o Presidente participou nas comemorações dos



trinta anos do Agrupamento de Escolas do Freixo, Ponte de Lima, xvii) No próximo dia vinte e um de outubro, o Presidente participará no Simpósio “+(Mais) EXERCÍCIO,> (Maior) SUCESSO ESCOLAR, M3 (Melhor) FUTURO”, a convite do Senhor Diretor-Geral da Educação; xviii) A vinte e quatro de outubro, o conselheiro Paulo Ferreira participará numa Mesa Redonda em Coimbra sobre a temática da Lei de Bases do Sistema Educativo, a convite do Dr. Fernando Egídio Reis e em substituição do Presidente do Conselho. _____

Terminado este período de informações, o Presidente deu início à apreciação da deliberação recebida da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), em resposta a um pedido de esclarecimento do Conselho das Escolas. Começou por alertar para os principais aspetos que as escolas deviam ter em atenção, nomeadamente: i) o facto de *as pautas não poderem fazer referência às faltas*, ii) as classificações constituírem informação *sensível sobre as crianças, sujeitas à produção de juízos estigmatizantes com elevado potencial discriminatório* e por isso a sua publicação na Internet constituir um risco para a privacidade dos alunos, iii) *A divulgação do horário, a identificação das disciplinas e das atividades extracurriculares* poderem ser utilizados por alguém com intenção criminosa e criar perigos para as crianças, iv) *A identificação do número de faltas dadas pelas crianças e a referência à perceção de apoios socioeducativos serem violação grosseira* de aspetos da vida privada dos alunos. _____

Após esta intervenção, o Presidente deu a palavra aos conselheiros. _____

O conselheiro Luís Fernandes referiu-se ao parecer como absurdo e conservador. Reconhecendo os perigos da Internet, o conselheiro também reconhece que sempre haverá riscos desde que o aluno sai de casa para a escola sendo, no entanto, riscos que não se devem exagerar. As escolas não podem ficar tão limitadas na sua ação porque essa limitação irá fazer com que muitos projetos deixem de poder funcionar e de terem a merecida visibilidade na comunidade. _____

O conselheiro António Castel-Branco afirmou que as escolas estão numa situação difícil porque estão sistematicamente entre duas partes aparentemente incompatíveis: a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), que afirma que tudo tem que ter acesso público em nome da transparência e a CNPD que afirma que isso não é possível porque tudo tem carácter pessoal. _____

A conselheira Celeste Sousa defendeu que as Escolas devem partilhar as boas práticas e que isso se torna muito difícil com este tipo de limitações. _____

O conselheiro Fernando Elias comentou o facto de já termos cinco anos de saga à volta deste assunto. Perante este parecer da CNPD este conselheiro considera que o Ministério da Educação deve clarificar os procedimentos a adotar pelas escolas. _____

O conselheiro José Alfredo Mendes referiu-se ao facto de as pautas serem impressas a partir de programas informáticos certificados pelo ME que não permitem, neste momento, a opção de as imprimir sem incluir as faltas. Esse é um problema que tem que ser resolvido. Em relação à divulgação dos horários este conselheiro concorda plenamente com a fundamentação da CNPD. _____

O presidente tomou a palavra para referir que não há dúvida nenhuma de que os dados pessoais só devem ser do conhecimento do próprio. Considera, no entanto, que os dados constantes das pautas, relativos à avaliação e às faltas dos alunos, não são dados pessoais, pelo que defende que não devemos acompanhar esta deliberação e que a devemos contestar.

A Vice-Presidente Isabel Le Gué questionou se o Conselho terá competência para contestar uma deliberação da CNPD e, podendo fazê-lo, como se deverá proceder. _____



O conselheiro Paulo Ferreira referiu a necessidade das escolas se terem que defender do facto de alunos e pais tirarem fotografias de tudo e depois as divulgarem nas redes sociais. O conselheiro tem dúvidas que as escolas possam proibir essa prática. _____

O conselheiro João Paulo Mineiro tomou a palavra defendendo que o que deve ser divulgado em termos de avaliação são os resultados da aprendizagem e, por isso, só os níveis ou classificações é que devem ser publicados. Isto porque, na sua opinião, a desconfiança em relação ao trabalho dos professores e da Escola está esbatida com todo o trabalho feito pelas Escolas ao longo destes anos, nomeadamente com a aprovação e divulgação dos critérios de avaliação. _____

O conselheiro João Caiado questionou como devem as Escolas proceder quando as autarquias pedem para afixar as listagens dos alunos abrangidos pela ação social escolar. De acordo com esta deliberação, não as devem afixar e, a ser assim, isso vai criar problemas na relação entre as escolas e as autarquias que são uma entidade parceira muito importante. _____

O conselheiro Filinto Lima tomou a palavra e questionou o Presidente sobre qual o interesse desta discussão. Na sua perspetiva, discordar com base em opiniões num tão curto espaço de tempo parece-lhe mal. Considera que a CNPD é composta por pessoas muito válidas, que sabem o que estão a fazer e que não escreveram nada de ilegal. Por isso, considera que é preciso ter muito cuidado sobre a intenção de contestar a deliberação. _____

Em resposta o Presidente referiu o facto da Administração Educativa ainda não ter divulgado pelas Escolas esta deliberação, o que pode ser um sinal de que não concorda com a mesma. Até se pode admitir que a Administração esteja a preparar uma contestação. _____

O conselheiro Filinto Lima referiu que, malgrado a opinião expressa pelo Presidente, considera que é preciso ter cuidado, nomeadamente sobre o que vai ficar escrito na ata. _____

A conselheira Lucinda Ferreira afirmou que, enquanto responsável por uma escola, nunca divulgou nada através da internet. No seu agrupamento o acesso às avaliações é individual através de palavra passe e quem acede só consulta as suas próprias avaliações. Nunca sentiu necessidade dessa divulgação e, por isso, concorda com o teor da deliberação. Em relação às questões relacionadas com o uso de imagens, a conselheira considera que é necessário fazer uma reflexão porque embora concorde que a divulgação das atividades das escolas e das boas práticas é importante e útil, pensa que neste momento o uso de imagens com alunos perfeitamente identificáveis é, na sua perspetiva, abusivo e sem qualquer controlo. _____

O conselheiro Joaquim Tomaz afirmou que há necessidade de clarificar bem até onde é que as escolas podem e devem fazer o uso da imagem e até onde vai a responsabilidade de quem dirige as escolas por atuações indevidas, neste campo, por parte de elementos da comunidade que tiram fotografias e depois as divulgam. _____

O conselheiro António Castel-Branco lembrou que a deliberação só falava da divulgação de imagens na internet. _____

O conselheiro David Sousa afirmou que uma leitura atenta do despacho sobre a avaliação é suficiente para saber qual é a opinião do Ministério sobre o assunto da divulgação das avaliações. O despacho é claro quando refere “afixar na escola”, não fazendo qualquer referência à internet. _____

Ninguém mais quis intervir sobre este assunto, tendo o Presidente concluído com uma referência ao teor das atas das reuniões, as quais têm refletido com rigor as intervenções dos vários conselheiros e sido aprovadas por unanimidade.



Seguidamente, abordou algumas questões relativas à organização da segunda parte desta reunião, que irá decorrer da parte da tarde com a presença e participação da equipa ministerial. _____

Assim, solicitou aos conselheiros que fossem sucintos nas suas intervenções e que não repetissem assuntos de forma a permitir a intervenção de todos. Para que todos conhecessem as questões que cada conselheiro gostaria de tratar da parte da tarde, passou a palavra ao plenário. _____

O conselheiro João Caiado referiu-se à falta de funcionários e ao facto de as escolas com contratos de autonomia não terem acesso aos recursos para o programa de promoção do sucesso escolar. _____

O conselheiro Carlos Percheiro referiu-se à falta de autonomia das escolas afirmando que ela só existe quando há problemas para resolver. Criticou o estado atual do estatuto dos professores cujos horários são calculados ao minuto, com carreiras congeladas sem progressões há demasiado tempo, com reduções de componente letiva por idade substituídas por apoios e defendeu que a aposentação devia ser aos sessenta anos. Mostrou também curiosidade em saber se vai haver alterações ao modelo de gestão das escolas de acordo com a agenda sindical. _____

O conselheiro António Castel-Branco referiu que tem alguma curiosidade em saber se tudo tinha corrido bem com o processo de transferência dos alunos de início de ciclo dos colégios com contrato de associação para as Escolas públicas das respetivas áreas territoriais. _____

O Presidente tomou a palavra e deu conhecimento ao plenário sobre as suas diligências junto do Senhor Secretário Geral do Ministério da Educação sobre a abertura do processo eleitoral para o novo Conselho das Escolas, já que o atual perfaz os três anos de mandato em janeiro de dois mil e dezassete. _____

Pelas treze horas e dez minutos, o Presidente deu por encerrado este ponto da ordem de trabalhos e suspendeu a reunião pelo período de uma hora e cinquenta minutos para almoço, findos os quais se retomariam os trabalhos. _____

Ponto quatro: Balanço do ano letivo 2015/2016 e início do ano letivo 2016/2017. _____

Às quinze horas, o Presidente reiniciou os trabalhos já com a presença do Senhor Ministro da Educação, da Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação, do Senhor Secretário de Estado da Educação, do Senhor Subdiretor da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) e do adjunto do Senhor Ministro da Educação. _____

O Presidente deu as boas vindas ao Senhor Ministro e aos Senhores Secretários de Estado, bem como aos elementos que os acompanhavam, tendo sublinhado que era sempre uma honra para o Conselho a presença dos membros do Governo nas reuniões, tendo passado a palavra ao Senhor Ministro da Educação. _____

O Senhor Ministro da Educação agradeceu e começou por dizer que solicitou esta reunião ao Senhor Presidente porque pretendia conversar com o Conselho das Escolas sobre alguns assuntos. Nesta reunião seria também apresentado ao plenário, pelo Senhor Subdiretor da DGEEC, um trabalho sobre desigualdades socioeconómicas e resultados escolares que permitirá refletir sobre a definição de prioridades e qual o caminho que temos que tomar com os resultados deste estudo. Deu a palavra ao senhor subdiretor da DGEEC, o qual começou por referir qual a motivação e qual a metodologia de trabalho para o estudo sobre desigualdades socioeconómicas e resultados escolares. _____

O estudo foi feito sobre as escolas públicas porque é delas que a DGEEC tem os dados disponíveis. A motivação foi a constatação de que os resultados escolares mais baixos estão



associados às regiões mais desfavorecidas e a metodologia que foi usada teve como base a questão de como medir desigualdades de resultados escolares. _____

Existe a convicção de que a avaliação interna feita pelas escolas é ajustada ao grupo de alunos e a avaliação externa, que passa pela classificação dos exames nacionais, por si só, não tem histórico de retenções. Por isso, nem uma nem outra podiam ser usadas para medir desigualdades de resultados escolares. _____

O indicador usado foi o da percentagem de alunos que obteve classificação positiva nas duas provas de exame do nono ano do ano de dois mil e quinze, após um percurso sem retenções no sétimo e no oitavo ano. _____

Este indicador tem em conta as duas realidades referidas anteriormente (avaliação interna e externa) porque usa os resultados dos exames nacionais e não ignora a retenção. Isto porque um percurso com retenções não é um percurso de sucesso e porque ao usar a classificação positiva nos exames nacionais mantém uma referência de comparabilidade nacional. _____

Após esta introdução, o subdiretor da DGEEC passou a apresentar uma série de gráficos comparativos que poderão, posteriormente, ser consultados publicamente. _____

Terminada a apresentação, retomou a palavra o Senhor Ministro da Educação afirmando que a partir deste estudo será importante refletirmos sobre os caminhos a percorrer para conseguirmos resolver o problema das desigualdades nos resultados escolares. _____

De acordo com o Senhor Ministro, este estudo demonstra um problema complexo e gravoso que todos nós conhecemos e que sabemos ser verdadeiro porque o preditor continua a ser muito forte, mas, em relação ao qual, até ao momento, não se encontra um ponto de inflexão que tenha mudado completamente esta situação. No entanto, os últimos dados da apresentação permitem-nos ter esperança já que nem em todos os agrupamentos, nem em todas as regiões, nem em todo o território isso acontece. Esta constatação demonstra que localmente ou regionalmente se está a conseguir dar respostas diferentes ao mesmo problema obtendo resultados diferentes. É importante conhecer, identificar e saber verdadeiramente o que se está a fazer para que se compreendam estas diferenças. Referiu que posteriormente se poderia voltar a este assunto mas que iria introduzir duas ou três questões iniciais que tinham para apresentar a este Conselho. _____

O Senhor Ministro começou então por apresentar em linhas gerais a proposta de orçamento de estado para a Educação para o ano de dois mil e dezassete, a qual traz, no seu entendimento, boas notícias porque introduz um aumento da dotação para a educação fazendo um ponto de inflexão em relação aos anos anteriores. _____

No relatório do documento apresentado na Assembleia da República é identificada como prioridade principal a promoção do sucesso educativo e a igualdade de oportunidades, apostando-se claramente na inovação e na qualificação da escola pública. _____

Agrupando por categorias, as prioridades principais são por um lado a promoção do sucesso escolar, através dos planos de melhoria de aprendizagem concebidos pelas escolas, dos projetos locais de inovação, do reforço da formação contínua dos docentes e do reforço dos mecanismos de acompanhamento individualizado do segundo e terceiro ciclo, como, por exemplo, as tutorias. _____

Por outro lado, o forte fomento da igualdade de oportunidades será concretizado através de várias medidas como a expansão da rede da educação pré-escolar para atingir o objetivo de universalização da frequência aos três anos, porque está provado que a frequência da educação pré-escolar de qualidade é um preditor de percursos com sucesso escolar; do reforço da Ação Social Escolar através do alargamento da gratuidade dos manuais escolares a



todo o primeiro ciclo; da adoção de estratégias de flexibilização curricular bem como a qualificação das atividades de enriquecimento curricular. _____

Uma terceira prioridade genérica é vencer claramente os desafios da qualificação dos portugueses. O primeiro eixo do programa nacional de reformas denomina-se “qualificar os portugueses” e existe uma medida, nesse programa, que é o alargamento da rede dos Centros Qualifica que visam uma estratégia de educação e formação de adultos tendo em vista o ensino profissionalizado e o aumento da qualificação, principalmente de jovens adultos, numa perspetiva clara de fomento de empregabilidade e de aprendizagem ao longo da vida. _____

Na quarta prioridade está previsto um investimento forte na requalificação das escolas públicas, com base num mapeamento que já estava feito pelo anterior governo e que irá promover cerca de duzentas intervenções em escolas do segundo e terceiro ciclo e secundárias e de trezentas intervenções em escolas do primeiro ciclo e de educação pré-escolar efetuadas pelas autarquias. _____

Uma parcela importante que está inscrita no orçamento do estado é para a inovação do sistema educativo. Há necessidade de modernizar as plataformas informáticas do sistema de educação, desenvolver e diversificar os conteúdos digitais educativos e valorizar as práticas educativas experimentais. Está prevista uma verba substancial, quando comparada com a do ano anterior, que permitirá dar um salto quantitativo e qualitativo na inovação do sistema educativo. _____

O Senhor Ministro deu por terminada a sua primeira intervenção e passou a palavra à Senhora Secretária de Estado Adjunta e de Educação. _____

A Senhora Secretária de Estado iniciou a sua intervenção referindo que trazia dois assuntos sobre os quais gostava de saber a opinião dos elementos do Conselho das Escolas: um deles é sobre a possibilidade de se repensar o calendário de preparação do ano letivo a entrar em vigor no próximo ano. Perceber, em traços muito gerais, até que ponto os diretores consideram que será possível *i)* - fazer as matrículas dos alunos entre o final de abril e os princípios de maio, *ii)* - a mobilidade interna sair a trinta e um de julho e *iii)* - a primeira reserva de recrutamento sair na última semana de agosto. Esta alteração permitiria que os docentes soubessem com antecedência a sua colocação, que as escolas pudessem encerrar até duas semanas em agosto e que o ano letivo se iniciasse mais cedo. Esta antecipação dos processos implicará trabalhar com o histórico do número de turmas e de alunos já que as alterações serão pontuais. Assumi que existe uma dificuldade evidente que é a transição do nono para o décimo ano por causa da saída dos resultados das provas nacionais e das opções que os alunos tomam neste momento do seu percurso. _____

Nesta linha, a Senhora Secretária de Estado referiu que também gostava de ouvir a opinião dos diretores sobre qual o momento em que deve ser publicada a mobilidade por doença, já que há diferentes argumentos em sentidos diversos, alertando, no entanto, para o facto de estar pronto o projeto de alteração à legislação dos concursos dos docentes que vai começar a ser negociado e auscultado publicamente e que isso pode alterar a atual situação. _____

Um segundo assunto de extrema importância sobre o qual a Senhora Secretária de Estado gostaria de auscultar a opinião dos diretores é o da gratuidade e reutilização dos manuais escolares. Apesar do parecer do representante deste Conselho no grupo de trabalho, sobre este assunto, gostaria de ouvir dos diretores a sua sensibilidade sobre esta matéria. _____

A convicção do Ministério da Educação é a de que a gratuidade para todos os alunos não deve ser encarada como uma medida de carácter assistencialista, mas antes como uma obrigação do



estado social de direito, prevista legalmente, tendo em conta que a escolaridade pública obrigatória deverá ser gratuita para todos. _____

Uma segunda convicção associada a este tema é a de que a gratuidade só é sustentável se estiver associada à ideia de reutilização por razões orçamentais evidentes, por razões políticas e até éticas porque se essa associação não se concretizar, então esta medida será um financiamento às editoras, o que não é de todo o objetivo. _____

O Ministério da Educação acredita que a reutilização é possível, porque já se faz na ação social escolar, porque já se faz em muitas organizações de escala mais pequena espalhados pelo país, e funciona, e porque já se faz noutros países com base no princípio de que é civilizacional, ética e ambientalmente correto e não apenas porque é financeiramente preciso. _____

É por estas razões, que gostaria de conversar sobre os aspetos de pormenor e de operacionalização desta medida, para além de saber da sensibilidade dos diretores e dos professores em geral já que estes são os elementos essenciais para que isto se faça. _____

A Senhora Secretária de Estado Adjunta e de Educação deu por terminada a sua intervenção e o Senhor Ministro passou a palavra ao Senhor Secretário de Estado da Educação. _____

O Senhor Secretário de Estado da Educação iniciou a sua intervenção fazendo um ponto da situação sobre o estado de desenvolvimento do programa de promoção do sucesso escolar. Afirmou que as escolas e os agrupamentos de escolas responderam muito bem, com propostas de medidas pedagógicas muito diferentes, demonstrando que o desafio feito às escolas de encontrar soluções contextualmente adequadas para se obter uma resposta mais eficiente foi um sucesso. Referiu, em particular, como muito positivo o facto de a maior parte das escolas/agrupamentos terem apostado de uma forma clara nos dois primeiros anos do primeiro ciclo, o que demonstra um sinal importante de que as escolas não estão a trabalhar para melhorar as estatísticas, mas sim para melhorar a aprendizagem. _____

A equipa ministerial está a trabalhar com as Autarquias, com as Áreas Metropolitanas e com as Comunidades Intermunicipais no sentido de se conseguir promover uma melhor articulação e uma maior convergência para alinhar as propostas das autarquias com os planos das escolas. Esta convergência é necessária porque os fundos estruturais para a promoção do sucesso escolar foram atribuídos pelo anterior Governo às Autarquias. _____

Neste ponto, o Senhor Secretário de Estado da Educação informou ainda que os planos de formação dos CFAE já estão a ser trabalhados e que o financiamento será atribuído aos CFAE de forma a garantir o acesso gratuito à formação por parte dos docentes. Os CFAE serão sempre a entidade promotora, contratualizando com diferentes entidades a oferta de formação, para ir ao encontro das necessidades das escolas. As orientações dadas foram no sentido de privilegiar a modalidade de formação em oficina porque se pretende que esta formação tenha impacto na sala de aula. _____

Em relação aos recursos humanos que as escolas solicitaram no âmbito deste plano, o Senhor Secretário de Estado informou que têm estado a chegar de uma forma lenta às escolas porque foi necessário, em primeiro lugar, garantir que se afetavam todos os docentes dos quadros que ainda estavam sem colocação. Os que faltam, e são cerca de novecentos docentes, só poderão ser colocados quando o dinheiro dos fundos estruturais estiver garantido. _____

Neste momento o Senhor Secretário de Estado passou a falar sobre o Currículo, informando que estão a trabalhar na definição do perfil de competências do jovem à saída da escolaridade obrigatória, com o objetivo de responder à questão fundamental de qualquer sistema educativo que é “educamos para quê”. _____



Na perspetiva da promoção do sucesso escolar, o currículo tem que permitir, por si próprio, que os alunos aprendam. Os problemas de gestão de sala de aula e de diferenciação pedagógica estão a concorrer com um currículo identificado como particularmente extenso, e isso não permite diferenciação, não permite trabalho de projeto nem trabalho interdisciplinar, que são aspetos que todos sabemos que promovem o sucesso. _____

Tendo em conta esta realidade, o Ministério da Educação convidou as Associações de Professores para construírem o “currículo essencial” entendido como o conjunto dos conteúdos que devem ser aprendidos por quem passe pelo sistema educativo. Este trabalho baseia-se na “dissecação” do currículo, com o objetivo de identificar o que é essencial, para que se consiga libertar tempo para a gestão de cada disciplina com flexibilidade. _____

Paralelamente a este trabalho, a equipa ministerial está a prever para o próximo ano letivo, nos anos iniciais de ciclo (quinto, sétimo e décimo ano), a generalização da possibilidade de todas as escolas, à semelhança das escolas do ensino privado e das escolas com contrato de autonomia, poderem gerir de uma forma flexível cerca de vinte e cinco por cento da carga horária semanal. Essa gestão permitirá o uso do tempo, por parte de cada escola, em projetos de articulação curricular, de integração entre diferentes disciplinas, de projetos ligados ao património e às tecnologias onde se mobiliza e se permite uma exploração mais profunda das diferentes áreas disciplinares. Decorrente desta generalização será necessário rever a matriz curricular, já que um quarto do tempo vai ser alocado à flexibilidade curricular. Assumi que esta é uma matéria difícil mas que já está a ser trabalhada e garantiu que sobre este assunto irá haver muita participação e muita discussão pública. _____

Por último, o Senhor Secretário de Estado falou da realização das provas de aferição neste ano letivo e das novidades relacionadas com as provas nacionais do nono ano (introdução da prova de Português para alunos surdos e avaliação da compreensão da oralidade na prova de Português) e com os exames nacionais das línguas estrangeiras do décimo primeiro ano que também vão ter avaliação da compreensão da oralidade. No caso do exame nacional do décimo primeiro ano de Física e Química A, informou que será feita uma prova sobre a interseção dos dois programas e é essa situação que sustenta a decisão relacionada com o uso das calculadoras. _____

O Senhor Secretário de Estado da Educação deu por terminada a sua intervenção e devolveu a palavra ao Senhor Ministro. _____

O Senhor Ministro tomou a palavra reforçando a ideia de que a equipa ministerial estava nesta reunião de trabalho porque o Conselho das Escolas tem que ser valorizado e que ao ser valorizado deve também ser responsabilizado. Assumi que é com base num diálogo direto, aberto e elegante, que querem promover e não impor, falando não só das soluções que têm para os problemas mas também, em alguns casos, só da identificação dos problemas porque não têm solução direta para eles. Reconhecendo que todos juntos podemos eventualmente lá chegar, temos que ser capazes de articular, de reunir e entender que nem sempre o caminho que todos queremos é fácil de alcançar. _____

Após estas palavras, o Senhor Ministro deu por terminada esta sua segunda intervenção e passou a palavra ao Senhor Presidente do Conselho que abriu as inscrições para a participação dos conselheiros. _____

O conselheiro António Castel-Branco falou das dificuldades provocadas pela falta de pessoal não docente, da necessidade de se repensar o preço das refeições para adultos, servidas nos refeitórios escolares, e ainda nos apoios pedagógicos. _____



O conselheiro David Sousa iniciou a sua intervenção por dar os parabéns à DGEEC pelo trabalho apresentado pois considera que é sempre importante receber o *feedback* do resultado do trabalho das escolas. Alertou, de seguida, para a necessidade de se refletir sobre a carga horária dos cursos profissionais já que é muito difícil adequar, gerir e articular internamente essas cargas horárias ao contexto atual do calendário escolar. Essa dificuldade provoca uma presença contínua, que se torna excessiva, dos alunos destes cursos na escola. Por último, referiu-se à necessidade de se refletir sobre a segurança e vigilância das escolas porque neste momento são os diretores das escolas que estão a ser constantemente contactados, a qualquer hora do dia ou da noite, sempre que o alarme da escola toca. _____

O conselheiro Fernando Elias começou por afirmar que na sua opinião o que foi apresentado para o currículo lhe parece uma medida muito interessante mas que deve ser complementada com a redução do número de alunos por turma e com a clareza de definição do que é letivo e não letivo. Essa definição é fundamental porque é necessário que os professores tenham tempo para reunir e descansar. No que se relaciona com o calendário escolar, reforçou que é muito importante possibilitar a organização dos processos o mais cedo possível. Referiu-se ainda ao processo de transição dos alunos dos colégios com contratos de associação para as escolas públicas caracterizando-o como pacífico e sereno. Passou, depois, a enunciar alguns constrangimentos provocados pelos normativos em vigor, nomeadamente, a questão da obrigatoriedade da monodocência no primeiro ciclo, que na sua perspetiva deve ser reanalisada, porque condiciona a flexibilidade na afetação dos recursos humanos e a não previsão de redução horária para o exercício do cargo de coordenador de departamento curricular da educação pré-escolar. Alertou para os problemas relacionados com o atraso da chegada do dinheiro do financiamento para o funcionamento dos cursos vocacionais e profissionais porque há despesas assumidas e não há dinheiro para pagar. Em relação ao modelo das Atividades de Enriquecimento Curricular, considera que os agrupamentos são de facto a entidade promotora e que o modelo se está a esgotar porque se verifica cada vez mais indisciplina, decorrente de uma permanência muito intensa, por parte dos alunos, no mesmo espaço. Na sua perspetiva deve começar a pensar-se num modelo alternativo, no caso de se querer continuar a garantir a permanência das crianças na escola. No que se relaciona com as plataformas das compras públicas, considera que o Ministério deve adquirir as suas próprias plataformas para que não estejam sempre a mudar. Falou, por último, dos refeitórios concessionados, considerando que este assunto deve ser analisado seriamente, questionando se este é um modelo de gestão eficaz e se responde exatamente ao que se pretende. Na sua perspetiva, o que se verifica é que existe um monopólio de um grupo de empresas e, essa realidade, leva à prestação de um serviço que é questionado por todos. Poderá haver respostas locais que promovam uma melhor qualidade e a prestação de um melhor serviço. _

O conselheiro Carlos Percheiro começou por referir que está muito feliz pela presença da equipa ministerial nesta reunião. Uma equipa que, na sua perspetiva, não dá descanso aos diretores e que é uma lufada de ar fresco com o seu discurso. No entanto, assume que existem assuntos sobre os quais não pode deixar de falar e um deles, em particular, é o estatuto dos professores. Referiu-se, nomeadamente, aos horários calculados ao minuto que transmitem uma imagem muito negativa, ao conceito de redução de componente letiva que, neste momento, é uma falsa redução porque é ocupada com muitos apoios e à falta de progressão na carreira. _____

A conselheira Celeste Sousa começou por falar da grande desigualdade que existe entre as escolas por causa das intervenções e das obras e alertou para situações em que as autarquias,



com delegação de competências, não estarão a fazer as intervenções necessárias. Em relação ao calendário escolar, afirmou que concorda com a ideia apresentada e considera importante a possibilidade de as escolas fecharem pelo menos durante uma semana. Considera, no entanto, que a data de início das atividades letivas deve ser prevista de forma a salvaguardar a necessidade de planeamento e de organização do trabalho. Sobre o programa de promoção do sucesso realçou que na sua perspetiva foram poucas as ações que as escolas propuseram nos seus planos e que foram acolhidas. Por último, realçou o facto de considerar que os relatórios das provas de aferição chegaram atempadamente e foram muito úteis, mas não deixou de realçar que não se sentiu confortável em ter de decidir sobre a sua realização. _____

O conselheiro Joaquim Tomaz falou nas dificuldades sentidas pelas escolas que foram intervencionadas pela empresa Parque Escolar na fase três e que ao longo dos últimos dois anos não tiveram qualquer apoio, nem têm no seu orçamento verbas previstas para a manutenção dos edifícios e equipamentos. _____

O conselheiro José Alfredo Mendes iniciou a sua intervenção falando das escolas que não tiveram intervenção, nem se perspetiva que venham a ter, e que ainda têm amianto. Falou da necessidade de afetação de verbas do POCH para o funcionamento dos cursos EFA nas escolas públicas já que neste momento não está previsto. Referindo-se ao calendário escolar, assumiu que considera uma boa ideia a antecipação, mas alertou para a necessidade de compatibilizar o início das atividades letivas com o período de férias dos docentes que corrigem exames nacionais. _____

O conselheiro Alexandre Canadas começou por falar do programa de promoção do sucesso escolar assumindo que considera que houve uma desconsideração muito grande para com as escolas com contrato de autonomia ao não lhes serem atribuídos recursos humanos para a concretização dos planos. Na sua análise, os recursos previstos nos contratos de autonomia já estavam alocados a outros projetos em funcionamento nas escolas e não deviam ser usados para este programa. Referiu também a necessidade de se refletir sobre o funcionamento dos Centros de Recursos para a Inclusão (CRI), questionando se não seria melhor serem as escolas a ter autonomia e a gerir esses centros e os seus recursos. _____

A conselheira Júlia Gradeço começou por agradecer à Senhora Secretária de Estado todo o apoio recebido pelas escolas ao longo do processo de acolhimento dos alunos provenientes dos colégios que tinham contrato de associação. Reforçou a ideia de desconsideração para com as escolas com contrato de autonomia no programa de promoção do sucesso escolar. Alertou para o facto de as verbas que vão chegando do POCH serem, por decisão do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. (IGeFE), para assumir despesa com vencimentos, o que não permite o pagamento das despesas assumidas pelas escolas para o funcionamento dos cursos. Referiu a importância de se refletir sobre o facto de os alunos do ensino secundário estarem a frequentar a escolaridade obrigatória e, por isso, o seu transporte também devia ser gratuito. Por último questionou qual o ponto da situação e as perspetivas do programa Aproximar Educação. _____

O conselheiro Filinto Lima começou por congratular-se por todas as crianças de quatro anos estarem matriculadas no ensino público, na educação pré-escolar, o que demonstra que o trabalho do Ministério deu resultado. Sendo o currículo uma questão fulcral considera que é muito importante que também se ouçam os alunos. Em relação ao processo dos contratos de associação ficou muito contente com o resultado, e isso demonstra que o trabalho atempado e feito em parceria com as escolas abrangidas resultou. Este processo agradou quer ao Conselho das Escolas quer aos diretores das escolas públicas portuguesas. É importante afirmar que o



arranque do ano letivo começou muito bem embora ainda faltem assistentes operacionais nas escolas. No que se relaciona com a reutilização dos manuais escolares afirmou que, embora a ideia seja muito positiva, é preciso ter algum cuidado porque para os alunos mais pequenos é difícil fazer a conservação do manual. Em relação ao calendário escolar, afirmou que, na sua opinião, as escolas públicas deviam começar o ano letivo na mesma altura que as escolas privadas, ou seja, mais cedo. _____

A conselheira Lucinda Ferreira começou por dar os parabéns a esta equipa ministerial pela coragem demonstrada no processo dos contratos de associação que já devia ter acontecido há mais tempo e manifestou o desejo de que o dinheiro poupado por este processo seja investido nas escolas públicas que bem precisam. No que se relaciona com a auscultação sobre a possibilidade de alteração do calendário escolar, considera que é uma boa ideia, mas reforçou o cuidado que é preciso ter com as férias dos corretores de exames nacionais e alertou para a necessidade de se criar uma pausa ao longo do primeiro período, se for para começar as atividades letivas mais cedo. Em relação à antecipação do processo de matrículas e transferências, referiu que, na sua opinião, é muito importante que a plataforma de matrículas eletrónicas funcione bem e que todo o processo seja feito eletronicamente sem recurso ao papel para não permitir matrículas do mesmo aluno em várias escolas. Na sua opinião o processo de Mobilidade por Doença não deve ser colocado em causa e todo o professor que dela necessite deve ter esse direito. O que também não deve é colocar em causa o direito à colocação mais perto de casa aos professores que estão a concurso. Por isso, defende que o momento mais adequado é a semana anterior à saída das listas da mobilidade interna, para que não aconteça o mesmo deste ano letivo. Ou seja, não serem colocados professores na escola para passados três dias saírem por mobilidade por doença. Na sua opinião foi o único aspeto que correu mal neste início de ano letivo. Em relação ao assunto dos manuais escolares, reforçou a ideia de que só interessa apostar na gratuitidade se for possível a reutilização e isso implica pensar bem na elaboração dos manuais escolares. Por último, fez um alerta em relação ao processo de videovigilância das escolas e da necessidade de ser a empresa que está a vigiar em Lisboa a fazer o contacto com as forças de segurança quando algo de anormal se passa e não os diretores. _____

O conselheiro José António Sousa começou por agradecer a presença da equipa e falou da necessidade de se prever um mecanismo de substituição dos técnicos especializados, nomeadamente os psicólogos, quando estão a faltar por doença prolongada. Referiu a necessidade urgente de se olhar para as escolas secundárias que não tiveram intervenção da empresa Parque Escolar e aproveitou para fazer uma reflexão crítica sobre o apoio e manutenção prestado pela mesma empresa nas escolas que foram intervencionadas. Referiu o exemplo da sua escola que, apesar de pagar uma verba anual para manutenção, volta a pagar sempre que é necessário substituir alguma coisa. Em relação à ideia de alterar o calendário escolar, concorda e saúda a ideia de começar tudo mais cedo, defendendo a necessidade de estabilizar a rede de oferta educativa. _____

O conselheiro Fernando Almeida falou de uma série de problemas relacionados com as compras públicas, nomeadamente a demora dos processos de agregação e da resposta aos pedidos de exceção que chegam a estar meses sem qualquer tipo de resposta. Estes problemas condicionam o funcionamento normal das escolas. _____

O Presidente do Conselho tomou então a palavra para referir que dá uma nota positiva ao arranque do ano letivo, que a ideia de antecipar o calendário escolar leva à necessidade de



repensar o calendário dos exames nacionais e que, na sua opinião, a mobilidade por doença deve acontecer antes das colocações por mobilidade interna. _____

Em relação às notícias sobre o orçamento da educação para o ano de dois mil e dezassete considera que são boas, mas aproveitou para se referir à necessidade que as escolas sentem em conhecer os critérios utilizados pelo IGeFE para a distribuição do orçamento de cada escola, pois tem conhecimento de escolas que viram o seu orçamento reduzido em valores na ordem dos dois dígitos percentuais sem saberem porquê. _____

De seguida, o Presidente do Conselho alertou para o facto de ser necessário refletir e conversar sobre o teor da deliberação da CNPD já que ela coloca em causa algumas situações de funcionamento das escolas, nomeadamente o uso de alguns modelos do próprio Ministério. Afirmou, ainda, que o Conselho das Escolas deve e pretende fazer parte das soluções e não dos problemas. Neste sentido, o Conselho das Escolas tem emitido parecer sempre que é solicitado e já se pronunciou sobre assuntos importantes para as escolas, por sua própria iniciativa, o que demonstra que está interessado em fazer parte da solução e não dos problemas. Assumiu que, se é verdade que o Ministério da Educação tem respeitado e valorizado o Conselho das Escolas, como o comprovam as presenças do Senhor Ministro e da sua equipa em duas reuniões, também não deixa de ser verdade e natural que nem sempre o Conselho das Escolas tenha estado de acordo com as posições tomadas pelo Ministério da Educação. O Conselho das Escolas quer ser valorizado e agradece que o valorizem. No entanto, temos a noção clara que compete, antes de tudo, ao próprio Conselho, enquanto órgão de representação das Escolas públicas do continente junto do Ministério da Educação, a sua valorização, nomeadamente aos olhos daqueles que representa. Sem falsa modéstia, considera que o Conselho tem representado condignamente as escolas. _____

Após a intervenção do Presidente do Conselho das Escolas, o Senhor Ministro tomou a palavra referindo a importância de dar alguns esclarecimentos em relação a algumas questões levantadas pelos conselheiros e passou a palavra aos Senhores Secretários de Estado. _____

O Senhor Secretário de Estado da Educação referiu-se às dificuldades relacionadas com o funcionamento dos CRI e a possibilidade de vir a haver nova reafectação de verbas, falou das dificuldades relacionadas com a gestão da matriz do ensino profissional e da sua associação à certificação europeia das qualificações profissionais, falou da gestão flexível do currículo como estratégia integradora que permitirá que muitas das atividades que neste momento estão na componente não letiva passem a fazer parte da componente letiva libertando tempo, referiu-se à obrigação legal da monodocência no primeiro ciclo que está prevista na LBSE e que vai ao encontro do objetivo de tornar o currículo como integrador e não disciplinar. A “disciplinarização” do primeiro ciclo é, na sua perspetiva, a negação dessa integração. Em relação às atividades de enriquecimento curricular, lembrou a circular que foi enviada às escolas no início do ano letivo precisamente para reforçar a “desescolarização” dessas atividades. Falou também da necessidade de se construir atempadamente uma rede de oferta de cursos profissionais para que vá ao encontro das necessidades do território e dos interesses dos alunos e não dos interesses das escolas. Por fim, referiu-se ao facto de não haver desconsideração com as escolas com contrato de autonomia por estas não terem tido acesso aos recursos solicitados no programa de promoção de sucesso escolar. O que justificou a diferença foi o objetivo de generalizar o acesso aos recursos que as escolas com contrato de autonomia já tinham. _____

A Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação deu algumas informações sobre a questão da segurança das escolas, a falta de assistentes operacionais, das obras e intervenções



previstas nas escolas e que está previsto para o próximo ano letivo mais dinheiro para este tipo de intervenções. Por fim, referiu que, em relação às questões que levantou no início da sua intervenção relacionadas com a alteração do calendário escolar e da reutilização dos manuais escolares, leva, de uma forma muito genérica, uma resposta positiva a ambas as questões sem prejuízo de se continuar a analisar e a trabalhar. _____

O Senhor Ministro tomou então a palavra para assumir o compromisso de que todo o dinheiro que será poupado com o processo dos contratos de associação será destinado à escola pública e de que iriam continuar a trabalhar no sentido de conseguir responder ao problema da falta de assistentes operacionais nas escolas. Reforçou a ideia de que esta equipa ministerial privilegia o diálogo com todas as partes interessadas no sistema de educação sabendo que nem sempre é possível consensualizar. No entanto, isso não implica que não se tente articular. O ponto de partida é muitas vezes diferente mas o objetivo é que se consiga um ponto de chegada o mais coincidente possível. Despediu-se agradecendo todo o material de trabalho que esta reunião lhes permitiu recolher, voltando a reforçar a ideia de que a valorização e a responsabilização é o que pedem a todos os interlocutores com quem trabalham.

Nada mais havendo a tratar, pelas dezoito horas, deu-se por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, Lucinda Maria Mendes Ferreira, que a secretariei, e por José Eduardo Lemos, que presidiu. _____

Lucinda Maria Mendes Ferreira _____

José Eduardo Lemos _____

